

RESENHA

SANDEL, Michael. *O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado.* Trad. de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012, 240p.

A plutocracia capitalista e a diluição da experiência ética

RENATO NUNES BITTENCOURT*



O que devemos fazer quando a promessa de progresso monetário ou de eficiência econômica significa estabelecer um preço para os bens que são considerados sem preço? Enfrentamos continuamente o dilema de nos movimentarmos em mercados moralmente questionáveis na expectativa de alcançarmos fins meritórios. Nessas condições, a investigação sobre a difícil relação entre a prática ética e os paradigmas econômicos da lógica de mercado se torna uma importante tarefa para o discurso filosófico.

Nesse contexto, o livro *O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado*, Michael Sandel apresenta uma claríssima descrição do processo de mercantilização da vida do homem contemporâneo, apresentando-nos um sombrio quadro do totalitarismo econômico do sistema capitalista, capaz de subverter as disposições éticas mais basilares da conduta humana em nome do encilhamento financeiro. Por conseguinte, tudo se torna plenamente comercializável, seja a aquisição do diploma universitário, o atendimento prioritário nas filas de embarque dos aeroportos, a possibilidade de participação nas seções parlamentares,

assim como a venda de autógrafos dos ídolos esportivos ou mesmo a venda de órgãos do corpo humano, dentre outras inúmeras circunstâncias bizarras exaustivamente analisadas por Michael Sandel em *O que o dinheiro não compra*.

O problema do dinheiro e sua importância fundamental no desenvolvimento das relações sociais de modo algum é questão exclusiva para a investigação dos economistas e especuladores financeiros; aliás, talvez tenha sido justamente o excessivo poder concedido a essas classes no avanço do sistema capitalista um dos fatores que motivaram a erupção das diversas crises financeiras que assolaram o mundo no decorrer das últimas décadas. A moderna tecnocracia capitalista caracterizou-se por vislumbrar a emancipação das atividades econômicas de qualquer elemento que não fosse exclusivamente associado aos parâmetros pecuniários.

A vida humana se torna na sociedade contemporânea o grande motor do capital. Se antes o dinheiro era o suporte econômico para a manutenção material da vida humana, agora esta passa a se submeter cegamente aos ditames financeiros de uma elite econômica que

estabelece os caminhos que devemos seguir no regime neoliberal. Diz-se popularmente que “dinheiro não tem cheiro”: o dinheiro é desprovido de conteúdo moral, uma vez que é apenas um instrumento que serve de intermédio para as transações comerciais humanas. Nessa perspectiva, o que importa é o negócio e não a origem do dinheiro; todavia, as ações humanas capitaneadas pela acumulação cada vez mais sôfrega de lucros são plenamente regidas pela órbita da moralidade, circunstância que justifica a aplicação de paradigmas axiológicos na análise filosófica da relação humana com o dinheiro e os meios utilizados para obtê-lo. Quanto mais a lógica de mercado aumenta a sua infiltração nas esferas não econômicas da vida humana, mais ele se envolve em questões tipicamente morais.

Sandel argumenta que a era do triunfalismo do mercado coincidiu com um período no qual o discurso público se imiscuiu radicalmente de qualquer substância moral e espiritual. Talvez nossa única esperança de manter a estrutura do mercado em seu devido lugar seja discutirmos o genuíno significado dos bens e das práticas sociais que valorizamos no decorrer de nossa vida social.

No decorrer do capitalismo, o dinheiro tornou-se uma horrenda hipóstase humana, cultuada como o suprasumo da existência de cada pessoa. Os signos que regem a dinâmica da máxima exploração comercial de bens e valores são signos teológicos secularizados, pois o dinheiro se tornou o Deus do regime capitalista. Nunca se fez valer de maneira tão infame o lema mor do espírito capitalista “Tempo é dinheiro”. Com efeito, envolvido em um sistema econômico que despersonaliza a existência humana em nome da acumulação contínua de capital, o

indivíduo contemporâneo só possui direito efetivo ao existir quando dotado de poder aquisitivo; caso contrário, a lógica excludente do capital se encarrega de naturalmente eliminar os indivíduos que não são economicamente viáveis das fileiras dos efetivos representantes da espécie humana.

Em uma sociedade regida pela tirania acumulativa do Ter, o dinheiro se torna o passaporte para a compra de instantes de gozo de uma vida materialista cujo eixo gira em torno de uma subjetividade cada vez mais dessubstancializada; legitimando-se assim práticas inescrupulosas que prejudicam a estabilidade da sociedade e a exploração humana por um sistema econômico que impede o alcance da genuína autorrealização pessoal. A esfera pública cedeu lugar aos paradigmas da sociedade de mercado, promovendo assim uma compreensão da realidade regida pelo individualismo egoísta e pela ilusão de que tudo pode ser resolvido através do poder pecuniário. Dessa maneira, a noção de cidadania legada pela filosofia iluminista é substituída pela exaltação da figura do consumidor, elevado agora ao topo da pirâmide social na esfera capitalista. Cabe destacar que não há incompatibilidade entre cidadania e ato de consumo: o cidadão possui o pleno direito de empregar suas riquezas nos processos de consumo e fazer valer os seus direitos legais quando lesado pelos fornecedores de serviços; o problema ético surge precisamente quando ocorrem hierarquizações sociais através da separação entre aqueles que são dotados de poder aquisitivo e aqueles que estão excluídos do sistema de consumo e suas subsequentes benesses. A experiência prosaica demonstra claramente como a estrutura capitalista é horrendamente sectária em relação aos indivíduos desprovidos de riquezas,

“criminalizando-os” por isso, circunstância que humilha qualquer pessoa que se revolte contra as injustiças de um sistema social falacioso, vendedor de uma falsa noção de felicidade e de sucesso, ideologias que mascaram os conflitos de classes nas organizações capitalistas.

As grandes corporações ameaçam constantemente a dissolução das soberanias nacionais e não é de se estranhar se porventura no futuro o mundo em que vivemos for dividido entre as empresas, substituindo-se as organizações políticas dos países tal como os conhecemos tradicionalmente. Afinal, a ideia de Estado Nacional se revela anacrônica perante as constantes intromissões de organismos plutocráticos completamente alheios em relação ao bem-estar dos povos espoliados por suas ações inescrupulosas.

A moderna economia da civilização capitalista prospera financeiramente através das mazelas humanas e sua perpetuação *ad infinitum*. Em nome do progresso monetário de grandes corporações empresariais, guerras são forjadas pela causa da defesa da “justiça” e da “liberdade” da “civilização” (quando em verdade a motivação é puramente econômica e chega-se ao ponto de inventar argumentos juridicamente “legais” para se justificar invasões militares contra países “inimigos”, isto é, aquelas que não compactuam com as interferências externas em sua soberania nacional); sem o medo difuso nos grandes centros urbanos, investimentos em segurança seriam inexistentes, causando a falência das empresas do ramo, altamente rentáveis em nossa atual conjuntura social marcada pelas incertezas quanto ao porvir; o que seria do capitalismo tardio se não existissem as inúmeras

doenças que exigem quantias vultosas na compra de remédios e no pagamento de caríssimos planos de saúde, cujos investidores pressionam políticos para que estes mantenham o sucateamento precário dos hospitais públicos? A especulação financeira em um mundo vendido não segue quaisquer parâmetros normativos que não sejam os promotores da ampliação dos lucros, ainda que isso motive a morte de milhões de seres humanos, em especial aqueles que fazem parte das zonas periféricas do planeta.

O dinheiro concede todos os direitos possíveis para os seus detentores, reservando para os desvalidos apenas os deveres. Michael Sandel aponta os malefícios sociais dessa dimensão plutocrática, destacando que além dos danos que causa a bens específicos o comercialismo corrói a experiência da vida em comunidade. Quanto maior o número de coisas que o dinheiro compra, menor o número de oportunidades que as pessoas de diferentes estratos sociais encontram para obterem os seus direitos enquanto cidadãos. Desse modo, a leitura de *O que o dinheiro não compra: os limites morais do mercado* é um convite inestimável para refletirmos criticamente sobre nossa paulatina desumanização decorrente da transformação dos valores vitais em signos mercadológicos.



* **RENATO NUNES BITTENCOURT**

é Doutor em Filosofia pelo PPGF-UFRJ e Professor do Curso de Comunicação Social da Faculdade CCAA